



PESCADOR OBSERVA O RIO DOCE tomado pela lama em Colatina após o rompimento de barragem em Minas Gerais

DESASTRE AMBIENTAL

Acordo de R\$ 20 bilhões para recuperar Rio Doce

Reflorestamento, recuperação de nascentes e tratamento de esgoto estão entre as medidas que serão adotadas durante 15 anos

Daniel Figueredo
Marcos Rosetti

A União e os governos dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais assinaram o acordo de R\$ 20 bilhões com a mineradora Samarco, Vale e BHP Billiton, para a recuperação dos impactos causados ao Rio Doce pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 5 de novembro do ano passado.

Dentre as ações previstas pelo acordo está o reflorestamento de pelo menos 47 mil hectares nas margens do Rio Doce, a recuperação de 5 mil nascentes e apoio financeiro a 39 municípios para implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto e implantação de aterros sanitários.

A previsão é que o acordo tenha duração de 15 anos, e estão previstos ainda gastos de R\$ 4,4 bilhões com ações compensatórias pelos danos causados pelo rompimento

da barragem.

O governador Paulo Hartung afirmou em seu discurso durante a solenidade, realizada ontem em Brasília, que o acordo foi apenas uma etapa do trabalho e que a avaliação deverá se dar ano a ano. Ele, no entanto, acredita que o acordo vai transformar o rio em um exemplo de recuperação.

“Temos que transformar essas descrenças em determinação para transformar o Rio Doce em um exemplo de bacia hidrográfica para o São Francisco, o Paraíba e tantas outras bacias que precisam ser recuperadas”, afirmou.

Segundo a presidente Dilma Rousseff, o funcionamento da fundação será fiscalizado por um conselho interfederativo.

“Ainda que a execução das medidas do acordo seja atribuição de uma fundação de direito privado, o que o governo federal concorda definitivamente, nós fiscalizaremos todas as etapas por meio de



AGÊNCIA ESTADO

“Temos que transformar essas descrenças em determinação para transformar o Rio Doce em um exemplo de bacia hidrográfica”

Paulo Hartung, governador do Estado

um Comitê Interfederativo, justamente com os governos do estado do Espírito Santo e de Minas Gerais para garantir o pleno cumprimento das obrigações.”

CERIMONIAL

Uma falha no Cerimonial do Palácio do Planalto fez com que o prefeito Duarte Junior, da cidade de Mariana – a mais atingida pela tragédia – não fosse convidado para compor a mesa de autoridades. A falha foi detectada pela própria Presidente durante o discurso.

Na mesa estavam a presidente Dilma, o vice-presidente, Michel Temer, ministros, o governador Paulo Hartung, o governador de Minas, Fernando Pimentel, e o presidente de Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski.



FERNANDO PIMENTEL, Dilma, Temer e Hartung na solenidade em Brasília

SAIBA MAIS

Programas socioambientais Fundação

> O ACORDO está estimado em R\$ 20 bilhões para garantir a recuperação integral dos danos sociais, econômicos e ambientais causados no Rio Doce.

> A PREVISÃO é que o acordo tenha duração de 15 anos. Durante os primeiros três anos, está previsto o depósito de R\$ 4,4 bilhões. Nos próximos anos, a mineradora deve desembolsar em média por ano um valor que pode variar de R\$ 800 milhões a R\$ 1,6 bilhão, valor que pode ser elevado dependendo das propostas e iniciativas que forem aprovadas ao longo do período.

> A EXECUÇÃO das ações de compensação serão executadas por uma fundação, que será fiscalizada por um comitê formado por membros da União e dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Ações

> SERÃO 18 PROGRAMAS socioambientais, sendo metade reparatória e metade compensatória.

> OS PROGRAMAS de reparação envolvem manejo e dragagem dos rejeitos, tratamento dos rios e recuperação da biodiversidade.

> TAMBÉM ENVOLVE a segurança do abastecimento público das cidades afetadas, com a construção de novos sistemas de abastecimento.

> TAMBÉM está prevista a construção de novos sistemas de alerta de risco para as cidades da bacia do Rio Doce. Será feita ainda a consolidação de unidades de conservação com a criação da Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Doce.

REFLORESTAMENTO E NASCENTES

> SERÃO RECUPERADOS 40 mil hectares de áreas de preservação permanente ao longo do Rio Doce.

> DOIS MIL HECTARES de áreas direta-

LEONARDO MERÇON/ÚLTIMOS REFÚGIOS - 29/11/2015



RIO DOCE após desastre: ações

mente afetadas terão de passar por regularização de margens e outras ações.

> CINCO MIL NASCENTES do Rio Doce vão passar por reflorestamento, para preservar a vazão de água. Em cada uma, será feito o plantio de cerca de um hectare de terra.

ANIMAIS SILVESTRES

> CONSTRUÇÃO e aparelhamento de dois centros de triagem de reabilitação de animais silvestres.

ESGOTO E SANEAMENTO

> TRINTA E NOVE municípios e localidades afetadas receberão apoio financeiro de R\$ 500 milhões para implantar coleta e tratamento de esgotos, erradicar lixões e implantar aterros sanitários.

> CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS alternativos de captação e adução e melhoria das estações de tratamento de água para todos os locais que captam diretamente do Rio Doce. O objetivo é reduzir em no mínimo 30% a dependência do abastecimento direto do rio.

Cidades**DESASTRE AMBIENTAL**

Plano não garante volta de operações

O acordo que foi assinado ontem não está vinculado à volta do funcionamento da Samarco, informou o gerente-geral de Estratégia, Gestão e Informação da Samarco, Alexandre Souto.

“O compromisso firmado não é vinculado a nossas operações, ele é independente do retorno. Mas seria bom a empresa retornar a operar, não só pelos recursos, mas para que possamos trabalhar a questão das empresas, dos tributos dos municípios de Anchieta e Mariana e todo o reflexo que o fechamento da empresa causa na economia.”

Segundo Souto, a perspectiva é que a fundação esteja funcionando em até 150 dias. “Antes disso, a Sa-

marco vai garantir que todas as medidas de recuperação dos danos causados sejam mantidas.”

Ele exemplificou com o pagamento de auxílio a trabalhadores que ficaram impedidos de exercer suas atividades e a realocação das famílias que perderam suas casas por causa do rompimento da barragem de Fundão.

“A empresa vem desde novembro usando recursos para fazer atendimentos emergenciais, construímos sete pontes, todas as famílias estão abrigadas em casas alugadas, estamos avaliando terrenos para construção das casas que foram atingidas. Vamos continuar fazendo”, afirmou.

Os números Rompimento deixou rastro de destruição

Rompimento

35 BILHÕES

de litros de lama foram despejados no Rio Doce com a tragédia que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015 em Mariana (MG)



680 QUILOMETROS do Rio Doce foram afetados pelo desastre ambiental em novembro

19 PESSOAS morreram por causa do rompimento da barragem de Fundão

3.500 FAMÍLIAS já recebem auxílio financeiro da Samarco por terem sido afetadas



LEONARDO MERÇON / INSTITUTO ÚLTIMOS REFÚGIOS

PEIXE MORTO revela situação do Rio Doce em Minas após a tragédia: medidas de recuperação dos danos causados

Ministério Público questiona ações

O Ministério Público Federal (MPF) e os Ministérios Públicos do Espírito Santo e de Minas Gerais questionaram o acordo extrajudicial que foi assinado em Brasília, entre a União, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e a Samarco, Vale e BHP Billiton.

Segundo nota encaminhada pelo órgão, o acordo prioriza a proteção do patrimônio das empresas em detrimento da proteção da população afetada e do meio ambiente.

O MPF informou ainda que a força-tarefa formada pelo órgão para acompanhar o desastre considera que o acordo, além de não garantir a reparação integral do dano, não segue critério técnico.

A nota informou ainda que não foram observados os direitos à informação e participação das populações atingidas e, aos povos e comunidades tradicionais, o direito à consulta prévia, livre e informada.

A Ministério Público destacou

também que o acordo desconsidera a responsabilidade solidária do poder público para reparar o dano, não tendo sido estabelecidos mecanismos jurídicos capazes de garantir efetividade das obrigações das empresas, “o que transformou o acordo em algo próximo de uma carta de intenções”.

Esclareceu ainda que o acordo não extingue as demais ações judiciais movidas pelo MPF em Minas Gerais e no Espírito Santo.